

Políticas Sociais: o “doce” discurso da inclusão

*Aline Cunha da Fonseca**
*Cristine Jaques Ribeiro**
*Francine Coimbra H**
*Graciela Marques Goulart**
*Rita de Cássia Sodré Silva**
*Rosi Marrero Duarte**

Resumo: A tentativa de manter a sociedade de controle no sistema capitalista acontece a partir de práticas que inviabilizam os processos de autogestão dos coletivos. É possível perceber que o discurso de inclusão mantém a prática da mendicância expressando a faceta compensatória das políticas sociais que não possibilita o rompimento com os atendimentos que legitimam a miserabilidade da população.

Palavras-chave: Políticas sociais; inclusão; sociedade de controle.

* Acadêmica da ESS -UCPel, e Integrante da Pesquisa: Práticas Coletivas em Assentamentos do MST e do MTD do Núcleo de Pesquisa da Escola de Serviço Social.

* Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, Mestre em Serviço Social pela PUCRS, Docente da Escola de Serviço Social, Responsável pelo Projeto de Pesquisa: Práticas Coletivas em Assentamentos do MST e do MTD do Núcleo de Pesquisa da Escola de Serviço Social.

* Pós-graduanda em Educação pela UFPel, Mestranda em Serviço Social na UFSC, Assistente Social e Integrante do Projeto: Práticas Coletivas em Assentamentos do MST e do MTD do Núcleo de Pesquisa da Escola de Serviço Social.

* Acadêmica da ESS - UCPel,, e Integrante do Projeto: Práticas Coletivas em Assentamentos do MST e do MTD do Núcleo de Pesquisa da Escola de Serviço Social.

* Acadêmica da ESS UCPel, e Integrante do Projeto: Práticas Coletivas em Assentamentos do MST e do MTD do Núcleo de Pesquisa da Escola de Serviço Social.

* Acadêmica da ESS UCPel e Integrante do Projeto: Práticas Coletivas em Assentamentos do MST e do MTD do Núcleo de Pesquisa da Escola de Serviço Social.

Introdução

O atendimento social a população até o Séc XVII era relegado aos estabelecimentos e organizações religiosas que tinham como meta “cuidar dos pobres”. No Séc. XVIII é problematizada a situação da saúde onde o Estado começa desempenhar diferentes papéis. A política de saúde apresentava-se através dos diferentes meios fazendo que paralelamente a política de assistência surgisse imbricada na lógica da emergência social fortalecendo a produção da doença dos pobres (FOUCAULT, 1981).

Nos dias de hoje as Políticas Sociais resultam num conjunto de medidas que pretendem ter como alcance o bem-estar da população através dos serviços sociais. Estas políticas pertencem ao âmbito estatal constituindo-se como produto do Estado de bem-estar. No entanto, estas não envolvem apenas o âmbito público e sim se articulam entre o público e o privado, Estado e mercado, direitos sociais e benefícios, não se diferenciando muito do contexto passado.

No Brasil é possível afirmar que, no contexto social latente, as Políticas Sociais condicionaram-se a sobreviver no repasse de benefícios, mas mantendo o discurso e o conceito de direitos sociais. O acesso aos serviços sociais acontece de forma diferenciada para aquele que “contribui”, que dispõe de plano de atendimento ou que paga diretamente para ser atendido em relação àquele que não dispõe destas condições para alcançar o mesmo atendimento restando-lhe a condição de indigência.

Assim, com o quadro social acima, este texto pretende oferecer a análise do “doce” discurso da inclusão que resulta da prática compensatória das políticas sociais hoje. Para tanto, é pertinente apresentar que o cenário que compõe as Políticas Sociais é o cenário da prática da manutenção da mendicância que é mantido com os conceitos e discursos de Democracia participativa e Cidadania plena.

A análise do discurso da inclusão convida a questionar o imaginário social que produz a necessidade de uma coesão inexistente e não potencializa as multiplicidades capazes de produzir o processo de autogestão dos coletivos. Finalmente, tenta-se considerar as possibilidades de existir linhas de fuga para viver outros modos de vida.

1. O cenário das Políticas Sociais

A análise das políticas sociais no campo dos direitos sociais exige considerar que a análise da prática social é fundamental para ampliar o conhecimento e a discussão sobre a reprodução política dos atendimentos que se desenvolvem no cotidiano da população de forma compensatória e insuficiente para de fato garantir os direitos previstos na constituição de 1988 no Brasil e, como também, outras leis¹ que são estabelecidas posteriormente.

A categoria prática² sempre sofreu diversos atravessamentos³ sobre sua conceitualização. Então, constata-se que a prática se torna produto do sistema de relações

¹ Algumas leis que são postas no cenário brasileiro para garantir direitos: Lei 8742, 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (LOAS); Lei 8069, 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências (ECA); Lei 8080, 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (SUS). (Coletânea de Leis, CRESS é Lutar, Gestão 1999/2002).

² As práticas sociais são anteriores e mais amplas do que as políticas sociais. Isto é, a sociedade sempre realizou atividades importantes no campo social, relativas as necessidades e à inserção dos indivíduos (FILGUEIRAS, 1995, p. 29).

³ A rede social do Instituído- Organizado- Estabelecido, cuja função prevalente é a reprodução do sistema, atua em conjunto. Cada uma destas entidades opera na outra, pela outra, para a outra, desde a outra. Este entrelaçamento, interpenetração e articulação, de orientação conservadora, serve à exploração, dominação e mistificação, apresentado-as como necessárias e benéficas. (BAREMBLITT, 1998, p. 156).

eminentemente capitalísticas⁴ e portanto não dissociadas de seus pensamentos fundantes. Aqui cabe ressaltar que os intelectuais acabam sendo atores centrais na reprodução destas relações, pois são aqueles que formulam a ordem do discurso definindo hegemonicamente o que é direito e o que são deveres dos “cidadãos”⁵.

O cenário das políticas sociais se torna campo de reproduções de práticas através de acontecimentos que legitimam a cultura do servo frente à tirania⁶ da prática compensatória. O combate à exclusão torna-se bandeira dos que acreditam que exista nesta sociedade, possibilidades de incluir quem está fora dos alcances “dignos” de vida nesta mesma sociedade. O interessante é que na tentativa de incluir não é considerado que o pensamento que marca esta exclusão é o pensamento de que não existe problema com a sociedade e sim com quem esta fora dela. Então, quem produz a loucura é somente o considerado “louco”? Quem produz a violência é somente o agressor? Quem produz a miséria é somente o miserável? Essa produção não seria uma produção social?

As leis do mercado são definidoras dos atendimentos aos mais diferentes agentes desta sociedade basta considerar a

⁴ O termo capitalístico é atribuído por Félix Guattari não só para qualificar as sociedades como capitalistas, mas também para designar esta diferenciação para as economias do capitalismo periférico como antes chamados de Terceiro Mundo. (GUATTARI; ROLNIK, 2000).

⁵ Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas, não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas os dizem muito bem. Mas existe um poder que barra, profbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (FOUCAULT, 1996, p. 71).

⁶ [...]Como se diz, todos os povos são prontamente logrados para a servidão pela primeira pluma que lhes passam na boca; e é maravilhoso como cedem rápido, contando que lhes façam cócegas. Os teatros, os jogos, as farsas, os espetáculos gladiadores ... os tiranos tinham esse meio, essa prática, esses atrativos para adormecer seus súditos sob jugo. (LA BOËTIE, 2001, p.27).

realidade hoje dos prontos socorros públicos como também a manutenção da mendicância no chamado plantão social que é estabelecido em muitas secretarias municipais, onde sacolas de comidas e de roupas apresentam-se como uma das facetas da política de assistência social. No entanto, o capitalismo não se sustenta apenas com o pensamento econômico, mas também através de toda criação de subjetividades que é uma produção social resultante da sociedade de controle. “A subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 31).

O controle do corpo é o controle não mascarado, pois é possível reconhecer que este inviabiliza a criatividade e o desejo por revoluções políticas coletivas. É o controle da fala, é o controle da decisão, é o controle da subserviência.

Os investimentos na produtividade do corpo se aperfeiçoam e acumulam: na sociedade de soberania castiga-se, na disciplinar busca-se utilidade econômica e docilidade política, na de controle exige-se participação e fluxo inteligente. Efeitos inibidores de resistências também não cessam de trafegar entre o direito de morte, o de deixar viver e o de fazer viver. (PASSETI, 2003, p. 19).

Através do controle do corpo consegue-se manter a reprodução de práticas que sustentem a mesmice, a subalternidade, a servidão, a mendicância entre outras mazelas. Com a oferta de sofrimentos é possível paralelamente acalentar “docilmente” com alguns prêmios: Vale gás, Bolsa escola, Renda mínima entre outros e, assim, surge a produção da demanda que não é natural e nem espontânea (BAREMBLITT, 1998). O assujeitamento torna-se ferramenta desta mesma população para manter-se sobrevivendo nesta relação capitalística.

1.1 Democracia participativa?

Muitos adjetivos são possíveis de serem agregados na categoria democracia, mas mesmo assim, é pertinente interrogar: A democracia existente hoje não é também produto da sociedade de controle?

Assim, “a democracia no capitalismo requer a continuidade da miséria” (PASSETI, 2003, p. 29) e, conseqüentemente, a democracia “participativa” esta longe de garantir o rompimento da subserviência. Entretanto, também poderia servir como dispositivo de revoluções micro e macro social⁷, mas o que vemos é que mesmo em espaços como os conselhos municipais de direitos ou nas experiências dos orçamentos participativos a descentralização torna-se apenas prática de deliberação de recursos.

No balanço crítico que empreendeu do orçamento participativo no Brasil e de suas repercussões na teoria democrática, Leonardo Avritzer percebeu a existência de ‘tentativas de apropriação da forma OP com o objetivo de transformar uma experiência bem-sucedida de participação em uma nova forma de administração de recursos’ (AVRITZER apud NOGUEIRA, 2004, P. 143).

Então, o modo de reproduzir a mendicância afirma-se na deliberação de recursos e não na reinvenção de práticas capazes de potencializar os processos coletivos para que o conjunto das modalidades do ser-em-grupo (GUATTARI, 2001) possa servir como dispositivos para a vida. Este movimento de reprodução resulta num método serial que define quem é o pedinte e quem faz a “doce” doação e, assim, o sistema é sustentado.

⁷ É relevante considerar as contribuições de Félix Guattari (2000), quando oferece a análise sobre a micropolítica onde afirma que está é a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social que também diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas.

1.2 Cidadania plena?

A categoria cidadania também sofre várias roupagens em sua trajetória conceitual, como cidadania “plena”. Assim, questiona-se, o que é cidadania? Será a garantia de direitos? O compromisso com deveres? Do ponto de vista legal e constitucional⁸ é possível afirmar que sim. Mas, quem é cidadão hoje? Ou seja, quem tem direitos efetivamente garantidos? Quem tem necessidades⁹ econômicas, sociais, políticas, culturais plenamente satisfeitas, ou melhor, atendidas? Este conjunto de necessidades determina quem é cidadão como também a subalternidade torna-se expressão do não cidadão¹⁰.

O cenário das políticas sociais apresenta-se a partir destas intensas produções capitalísticas onde não se estabelecem apenas ideologias, mas todo o controle e todo adestramento dos corpos, pois estes são “o lugar prático é direto do controle social” (JAGGAR; BORDO, 1996, p.19).

2. O discurso da inclusão

Para falar em inclusão antes é preciso desconfiar do termo exclusão a partir de duas razões: a primeira é pelo a heterogeneidade de seus usos que encobre a especificidade de

⁸ A constituição de 1988, promulgada após a derrota da ditadura militar, introduziu a universalização dos direitos. O sistema de financiamento permaneceu, todavia, conectado a contribuições de acordo com o salário, implicando a permanência de disparidades na apropriação de recursos, assim como uma crise de financiamento (COHN, apud DOMINGUES, 1999, p. 208).

⁹ [...] Grandes parcelas da população não têm suas necessidades sociais básicas atendidas, nem contam com proteção contra as contingências sociais (LAURELL, 1997, P.157).

¹⁰ “Não se pode dissociar a condição econômica e a situação de classe da noção de cidadania. E, nesta relação, coloca-se um impasse à sua constituição para aqueles economicamente dependentes e subalternizados” (SPOSATI et al, 1998, p.37).

situações diferentes e a segunda é que falar de exclusão¹¹ conduz a autonomizar situações-limite que só têm sentido quando implicadas num processo (CASTEL, 2000). Então, a consolidação da exclusão e do discurso de inclusão¹² na realidade social surge através do conjunto de degradações que atravessam esta realidade.

Assim, a sociedade capitalista cria modos de agir, modos de pensar e modos de lutar e, conseqüentemente, sustenta o imaginário social¹³ a partir da necessidade de incluir quem está excluído desta mesma sociedade. Existe um investimento para manter o que está instituído e ao mesmo tempo vender o discurso de solidariedade¹⁴ na tentativa de garantir uma coesão social inexistente.

A defesa da coesão social torna-se frágil, porque deseja unir ou igualar os desiguais e não solidifica as capacidades múltiplas e coletivas de auto-analisar e autogestar¹⁵ os diferentes

¹¹ [...] discurso da exclusão: de tanto repetir a ladainha da ausência, oculta-se a necessidade de analisar positivamente no que consiste a ausência. Isto por uma razão de fundo: os traços constitutivos essenciais das situações de 'exclusão' não se encontram nas situações em si mesmas. (CASTEL, 2000, p.21).

¹² [...] Exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para as quais não há senão, na sociedade, lugares residuais (MARTINS, 1997, p.26).

¹³ [...] Está suspenso no imaginário: a economia do capitalismo moderno só pode existir na medida em que ela responde às necessidades que ela própria confecciona (CASTORIADIS, 1995, p.189).

¹⁴ Rosanvallon em sua obra: A Nova questão social- repensando o Estado Providência (1998), apresenta a diferença entre seguro e solidariedade. Afirma que o seguro é uma técnica, enquanto a solidariedade é um valor. No entanto, questiona-se: é um valor desejado por quem? Como cotidianamente ele procede? É possível afirmar que se torna um valor capitalístico impossibilitando processos autogestionários, ou seja, processos que garantam o rompimento com a mendicância.

¹⁵ A auto-análise consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, de suas necessidades, de suas demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um vocabulário próprio que

modos de vida. Portanto, o discurso por solidariedade é naturalizado na defesa de um vínculo social também inexistente e um tanto quanto perverso manifestando-se em práticas caritativas e voluntaristas.

A tentativa de individualizar ações, situações, fatos e acontecimentos desconsideram as manifestações da questão social bem como as lutas coletivas dos diferentes movimentos da sociedade com suas diferentes expressões. Fortalece-se um discurso que tem como “tarefa dizer o que é, mas não será nada mais que o que ele diz” (FOUCAULT, 2002, p.59), ou seja, o discurso da inclusão torna-se verdade e meta de políticas sociais e de práticas que desejam sustentar regras de quem faz e de quem não faz parte do considerado “circuito” social¹⁶.

Pensar numa sociedade criativa e inventiva que busque romper com as representações produzidas no capitalismo é produzir um outro controle que surge no interior das lutas coletivas. Resistir às formas de controle que tentam inviabilizar as potencialidades coletivas significa andar na contramão do desejo conservador que “está submetido a entidades repressivas, mas estas não são exclusivamente psíquicas, mas sim um complexo conjunto ao mesmo tempo político, econômico, comunicacional etc “(BAREMBLITT, 1998, p. 163)”.

O discurso que permeia as políticas sociais é o discurso da inclusão e este encobre a exigência de cada dia os seus agentes estarem se tornando servos voluntários domesticados onde o ativismo em busca dos direitos civis, políticos e sociais é

lhes permita saber acerca de suas vidas [...] este processo de auto-análise é simultâneo com o processo de auto-organização, em que a comunidade se articula [...] se organiza para construir dispositivos necessários para produzir, ela mesma, ou para conseguir, os recursos de que precisa para o melhoramento de sua vida sobre a terra. (BAREMBLITT, 1998, p.18).

¹⁶ A complexidade em se definir o termo exclusão social, primeiramente, surge pela necessidade de se reconhecer o lugar onde o indivíduo se encontra, pois os modos de excluir são diferentes em cada contexto histórico com predominância ora de critérios discriminatórios de mercado, ora simbólicos, ora de gênero, todos com raiz política (REIS, 2002).

normatizado a partir dos diferentes tipos de controle que barram a capacidade coletiva¹⁷ de romper com o lugar da mendicância.

Considerações Finais

Na tentativa de possibilitar o alcance aos direitos sociais mascara-se a imposição da subjetivação capitalística e, conseqüentemente, instaura-se a prática do servo que se submete condicionado ao retorno de algumas mazelas, pois as políticas sociais das sociedades capitalistas fortalecem a manutenção da desigualdade social.

Então, acredita-se que não basta formular e executar políticas sociais bem como fiscalizá-las, é preciso que haja movimento da população. Movimento que transforme a população em multidão, “entendendo essa como um conjunto de múltiplas emergências, de forças singulares” (KIRST; FONSECA, 2003, p.132) onde existe expressão e reinvenção a cada disparate.

As revoluções cotidianas¹⁸ são imanentes aos processos vividos nos coletivos. A busca por uma vida melhor se realiza a cada dia onde não é relegada para outrem e nem para um lugar intocável e invisível a possibilidade de criar um outro modo de vida.

As linhas de fuga¹⁹, desta sociedade capitalística que produz práticas e discursos seletivos, manifestam-se na formação

¹⁷ Coletivo não é sinônimo de social, refere-se a uma multiplicidade, a uma rede de processos que opera, ao mesmo tempo, além do indivíduo, junto do socius...(KASTRUP, 1999, p. 187).

¹⁸ O Cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente.[...]. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. (CERTAU, 1998, p.31).

¹⁹ Acreditamos que as linhas são os elementos constitutivos das coisas e dos acontecimentos. Por isso cada coisa tem sua geografia, sua cartografia, seu diagrama. O que há de interessante, mesmo numa pessoa, são as linhas que a compõem, que ela cria. (DELEUZE, 1992, p. 47).

e no debate, nos atos públicos e coletivos, nas celebrações e nos festejos populares, ou seja, nos mais diferentes encontros que proporcionam todos os tipos de criatividade no campo social e que não se condicionam e nem se submetem aos desejos conservadores.

As práticas autogestadas pelos coletivos são as próprias linhas transversais que surgem de múltiplas formas e de múltiplos movimentos que buscam romper com o estabelecido e com o instituído, pois estes tentam convencer que a única forma de viver é sobrevivendo com as mazelas impostas no sistema.

As conexões das lutas são conexões desobedientes porque não se curvam ao controle que tenta imperar sobre a vida das multidões através de hierarquias dominantes. Romper com a ordem pré-estabelecida é fazer valer o poder que tem uma “potência constituinte que não se deixa reduzir à transcendências do poder constituído” (NEGRI, 2002, p. III).

Assim, o movimento resistente das multidões expressa-se na tentativa de, mesmo com políticas sociais compensatórias, criar espaços de luta e de negação da cultura do pedinte e da mendicância. Espaços²⁰ que repudiam a lógica da “carência” e do lugar do “carente” marginal nesta sociedade, ou seja, um espaço veloz e rompante que não se priva e não se prende a imposições, espaço esse dos movimentos sociais populares.

Portanto, é preciso romper com os discursos de exclusão e de inclusão, pois estes nada mais são que ferramentas da sociedade capitalística. O rompimento com estes discursos marca o desejo por reinventar políticas não compensatórias que de fato garantam a distribuição de renda e de terra, por exemplo, no Brasil.

[...] A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que

²⁰ “Um espaço de metamorfose das relações e do surgimento das maneiras de ser; um espaço em que se unem os processos...” (LÉVY, 1998, p. 121).

se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante. (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 46).

Na sociedade de controle a capacidade de criar práticas e analisar o que se vive se apresenta como algo perigoso e , portanto, dispensável. Assim, desconstruir o estabelecido é buscar construir outras possibilidades e outros modos de viver, mesmo que estes tenham que existir na contramão das adaptações seriais.

Referências

BAREMBLITT, Gregório (org). *Compêndio de Análise Institucional – outras correntes*.4ªed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Record, 1998. 235p.

BOÉTIE, Etienne de la. *Discurso da Servidão Voluntária*. (comentários) Pierre Clastres, Claude Lefort, Marilena Chauí; Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1999. 239p.

CASTEL, Roberto; WANDERLEY, Luiz Eduardo W; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Desigualdade e a Questão Social*. 2ªed. São Paulo: EDUC, 2000. 272p.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 418p.

DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972-1990*. Rio de Janeiro: editora 34, 1992. 372p.

DOMINGUES, José Mauricio. *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999. 269p.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Trabalho, sociedade e políticas sociais. IN: Serviço Social & Sociedade. N° 49. ANO XVI. NOV. 1995. p. 29-42.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 541p.

_____. *Microfísica do Poder*. 12ªed. RJ: Graal, 1996. 295p.

GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. 11ªed. São Paulo: Papyrus, 2001.

_____; ROLNIK, Suely. *Micropolítica – Cartografias do Desejo*. 6ªed. Petrópolis: Vozes, 2000. 327p.

KIRST, Patrícia Gomes; FONSECA, Tânia Mara Galli (orgs). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 395P.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

LAURELL, Asa Cristina (org). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1997. 244p.

LÉVY, Pierre. *A Inteligência Coletiva – por uma antropologia do ciberespaço*. 4ªed. São Paulo: Loyola, 2003. 212p.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e a nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. 140p.

NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 468p.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a Sociedade Civil: Temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004. 263p.

PASSETI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003. 326p.

ROSANVALON, Pierre. *A Nova Questão Social: Repensar o Estado Providência*. Trad. Sérgio Bath.- Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. *Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez, 1998. 112p.

REIS, Carlos Nelson dos. *Exclusão social: multidimensionalidade de uma definição*. IN: MENDES, Jussara Maria Rosa; DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos (Orgs.). *Textos & Contextos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 123-140.